

O DISCURSO NA MODERNIDADE: FORÇA E LIMITE DA POSIÇÃO DE SUJEITO

*Belmira Magalhães**

*Virgínia Borges Amaral***

RESUMO: *O debate sobre a subjetividade na sociedade moderna tem-nos suscitado, na condição de analistas do discurso, a retomar as bases teóricas e a filiação desse campo do conhecimento com o materialismo histórico. O objetivo deste trabalho é contribuir com essa discussão, recuperando uma leitura marxista da relação entre a subjetividade e a objetividade e demonstrando a posição que o sujeito da modernidade/pós-modernidade é conduzido a assumir na processualidade de reprodução da vida.*

PALAVRAS-CHAVE: *Linguagem; sujeito; discurso; ideologia.*

Introdução

No último congresso da Anpoll, o GT de Análise do Discurso aprofundou a discussão sobre a conexão da teoria do discurso com a psicanálise. Gostaríamos, neste artigo, de abrir o debate com a outra face da moeda, que fundamenta a teoria do discurso, o materialismo histórico. Para isto, sem pretensão de exaurir o

* Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

** Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

tema, retomamos a discussão acessando uma porta àqueles que intentarem sequenciá-la no aprofundamento desta temática

No primeiro momento analisamos o processo de produção do sujeito. Estabelecendo a relação indissociável entre ser social genérico e ser individual, vimos que esta relação é mediada pela linguagem e pela consciência, juntas, formando um todo; operam em atos teleológicos, possibilidade única de levar o indivíduo a pôr finalidade às suas ações e, por isso, constituir-se, diferentemente dos outros animais, em sujeito.

Discutimos ainda que é na relação entre subjetividade e objetividade que se produz sentido. Consideramos que essa discussão acerca dos fundamentos filosóficos da linguagem numa perspectiva marxista traz para o campo da Análise do Discurso uma vasta contribuição, podendo retomar por outro ângulo teórico marxista (não althusseriano) a proposta de pensar uma teoria da subjetividade não-subjetiva, como planejou Pêchuex (1975).

No segundo momento, por meio dos conceitos-chave da teoria do discurso de formação ideológica, formação discursiva e forma-sujeito, procuramos enfatizar o caráter social do discurso e, ao mesmo tempo, a possibilidade que a subjetividade possui de interferir na realidade, a partir do deslocamento entre formações discursivas diferentes, pela resignificação de interdiscursos.

Finalmente, no item três fazemos uma breve, mas não superficial, incursão sobre a forma-sujeito da modernidade e sua adequação mais contemporânea – o discurso da pós-modernidade, demonstrando as armadilhas que a formação ideológica do capital utiliza para transformar o seu discurso no discurso de toda a sociedade.

A conclusão recoloca as questões abordadas e aponta para a necessidade do debate permanente entre os teóricos da Análise do Discurso.

1. O processo de produção e reprodução do ser social

Neste item, a fonte deste subtítulo está maior que a dos demais faremos uma discussão sobre o processo de produção e reprodução do sujeito, remontando à contribuição de Marx e à leitura que deste fez Lukács sobre as categorias de subjetividade, objetividade e linguagem.

A capacidade de realizar ações planejadas pela consciência constitui a marca que diferencia os seres sociais das espécies animais. Essa capacidade de planejar ações, inerente apenas aos homens, se exprime, conforme a teoria social marxista, em atos teleológicos, momento único capaz de elevar o indivíduo a uma condição excepcionalmente humana: antever o movimento da realidade que permitirá a realização de uma ação previamente pensada/planejada, mesmo que a este ato não estejam associadas as condições de prever a forma como tais ações serão absorvidas socialmente, nem o limite desta absorção. A subjetividade que percebe carências, precisa conhecer a legalidade da objetividade para nela interferir, mas apenas dentro das possibilidades permitidas por esta mesma objetividade e, efetivamente, com o nível de conhecimento que a subjetividade, que é individual e histórica, possui.

A novidade do aparecimento do novo ser é sua condição intrínseca e ontológica de ser sujeito, imprimindo de forma consciente sua marca na objetividade, como meio de suprir antigas e novas necessidades. Para que a criação do novo aconteça é preciso que as mudanças cheguem até a consciência, para conservá-las e promover a reprodução mediante a generalização social.

A associação do pensamento à ação, pois, é condição primeira para o surgimento do ser social; daí a noção de prévia-ideação, uma ação previamente planejada. Todo esse movimento constitutivo do ser social foi e está condicionado a uma forma de linguagem específica, distinta da dos animais, capaz de conduzir a leitura do mundo realizada pelo pensamento, orientar novas ações, e transmitir de geração para geração os feitos, os resultados alcançados a cada momento de

realização do ser social, o que introduz nessa esfera do ser uma qualidade contraditória de permanência e de continuidade, caracterizando o novo e o diferente no processo de produção e reprodução da vida. É nesse sentido que se pode entender a assertiva marxiana:

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para os homens, e portanto que existe igualmente para mim mesmo pela primeira vez; pois a linguagem, como a consciência, só nasce da necessidade, da exigência de intercâmbio com outros homens. (Marx, 1965:26)

A linguagem, como todas as outras conquistas humanas, surge para responder a alguma necessidade. Dentro da sua especificidade, no que concerne ao processo de reprodução do ser social, a linguagem responde, além de outras, à necessidade de comunicação entre os homens para além da comunicação de sinais dos animais. Por isso o homem fala sempre a respeito de algo determinado, que só é possível a partir da experiência imediata do ser social. Há quatro fatores inerentes e complementares nesta fala: há algo que está sendo “falado” independente do sujeito; há necessidade de um código aceito coletivamente; há necessidade de precisão para que haja entendimento do que está sendo “falado” e, ao mesmo tempo, há necessidade de um deslocamento da imediatividade que originou a relação – designação e objeto designado –, para que possa haver referência a este objeto em contextos completamente diferentes. É como diz Lukács (1997: 66):

O signo verbal se separa dos objetos designados, [da mesma forma o sujeito que realiza a produção de tal expressão conceptual], tornando-se expressão conceptual de um grupo inteiro de fenômenos determinados que podem ser utilizados de modo análogo por sujeitos inteiramente diferentes.

Vê-se, pois, que a linguagem nasce de uma necessidade social dos homens em sua relação com a natureza e com os semelhantes.

Carregada de uma contraditoriedade dialética insuperável, tende à generalização, porque as expressões da vida cotidiana visam sempre a universalidade, e busca uma determinação individualizante ao criar novas palavras e novos sentidos, fazendo parecer que é do sujeito a responsabilidade dos “atos de fala”.¹ Para se sustentar com sua natureza contraditória, a linguagem se constitui em um complexo dinâmico, que possui relativa autonomia e uma legalidade que lhe é própria.² Essa legalidade própria e essa autonomia relativa, no entanto, não podem, em nenhuma hipótese, ser desvinculadas de sua determinação social: a linguagem é uma mediação que torna possível o reflexo e a fixação da realidade na consciência que se transforma e transforma a realidade.

Nos atos singulares de criação ou de recepção, de aprovação ou de recusa, os indivíduos podem ter desde uma participação mínima, até uma interferência decisiva no processo geral, sendo, neste sentido, que a linguagem é entendida como *medium* que possibilita, ao mesmo tempo, a fixação e a transformação do código. Quanto mais a subjetividade tender para o descobrimento e revelação do novo, tomando uma posição a favor das novas possibilidades que surgem, tanto mais terá condições de promover o movimento dialético necessário a uma interferência efetiva na realidade. Daí poder-se afirmar que a linguagem depende das transformações da vida social e da sua autolegalidade. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que, por ser generalizada em todos os aspectos das relações sociais, pois ocupa lugar primordial na vida cotidiana, a linguagem reage aos mínimos abalos do ser social, com atos expressivos imediatos.

¹ Essa a base da fecundidade da linguagem e, concomitantemente, a dificuldade a ser enfrentada pela Análise do Discurso.

² Nesse complexo, considere-se os seus elementos constitutivos e indissociáveis: a língua e a fala. Por língua reconheça-se o que se definiu como “a condição de existência (de princípio), sob a forma da existência do simbólico” (Pêcheux, 1990:50).

Quando se trata de um dos elementos constitutivos da linguagem, a língua, observa-se que esta procede por leis próprias, mas não se ignora a articulação contínua entre seus conteúdos, suas formas e a sociedade de cuja consciência ela [a linguagem] é órgão (cf. Lukács, 1990). Toda mudança na língua que venha a ocorrer com o passar do tempo estará inevitavelmente relacionada não somente a todas as mudanças ocasionadas no complexo social, mas também às suas leis internas. Isso é compreensível porque, estando inserida no complexo da linguagem, a língua não pode ser tida como um conjunto de princípios que se realiza simbolicamente de forma autônoma, daí a sua relativa autonomia.³

A escolha feita pelo homem das inúmeras alternativas que a linguagem oferece (gestos, códigos, textos, orais ou escritos) está diretamente ligada à necessidade de transformação da realidade, principalmente no que se refere à transformação da consciência de outro homem ou à sua própria. O discurso é um produto desse processo de escolhas, envolve uma individualidade que toma decisões a partir dos condicionamentos das determinações sociais. Nesse sentido, quanto mais conhecimento o indivíduo tiver das determinações sociais, assim como do código lingüístico, tanto maior sua possibilidade de escolhas, logo, de construção de um discurso com marcas de individuação diferenciadas.

A linguagem potencializa a possibilidade do tornar-se homem, a condição de gênero humano, que é inserida pelo trabalho. Por meio deste, o indivíduo particular imediato transporta-se para além de si mesmo, percebe-se a si e a seus semelhantes como gênero humano. Embora o ato do trabalho seja por princípio genérico, ele pode ser realizado a partir de uma singularidade; mas com a linguagem isto

³ Sobre relativa autonomia da língua, ver Henry (1990: 58-9): “todo discurso ‘concreto’ é duplamente determinado, de um lado pelas formações ideológicas que relacionam este discurso a formações discursivas definidas, de outro pela autonomia relativa da língua. Mas reafirmamos que não é possível traçar a priori uma linha de demarcação entre o que releva de uma ou de outra destas determinações”.

não é possível, pois ela pressupõe, necessariamente, o outro. A linguagem opera nas relações dos homens com outros homens; é, por isto, produto e produtora de atos teleológicos secundários.⁴

Na verdade, a percepção da genericidade, condição primeira de possibilidade de ser do gênero humano, só é possível por intermédio da linguagem, que não terá expressividade se dissociada das forças ideológicas que veiculam na sociedade padrões de conduta e de organização dos homens entre si. É nesse sentido que se entende porque o indivíduo se torna sujeito, transfigura-se pela força que a ideologia exerce sobre sua constituição (cf. Chasin, 1978:66-73).

É, pois, na relação com os meios de reprodução da vida, dando-lhes finalidades para satisfação das necessidades cada vez mais complexas, que o indivíduo se constitui em sujeito. Mas, mesmo sendo um ser dotado de consciência, capaz de fazer escolhas, de decidir entre alternativas postas pela processualidade da reprodução da vida, o sujeito não se realiza enquanto tal apartado da atividade material; nesta constituição do indivíduo em sujeito, ocorre a relação dialética entre aquilo que é da dimensão objetiva, do âmbito da materialidade, da atividade material – a objetividade – e o que é da dimensão subjetiva, do campo das idéias, das representações, da consciência – a subjetividade. Os dois complexos, objetividade e subjetividade, formam um todo integrado e indissociável. É como diz Marx (1965:21):

A produção de idéias, de representações, da consciência está, desde o início, diretamente entrelaçada com a atividade material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui como emanação direta do seu comportamento material.

⁴ Os atos teleológicos primários são aqueles definidos pelas relações dos homens com a natureza, mediados pelo trabalho. Já os atos teleológicos secundários se estabelecem nas relações dos homens com os outros homens, deles resultam todas as formas, valores e princípios que orientam os homens para se organizarem em sociedade; é dos atos teleológicos secundários que resultam as formas ideológicas que convivem em uma sociedade (Cf. Lukács, 1981).

Sem a interferência da subjetividade é impossível qualquer escolha entre as alternativas existentes na objetividade, que funcionaria apenas com sua lógica interna ou ao sabor do acaso. Na verdade, é o surgimento da subjetividade que instaura o ser social; e a história do gênero humano é a história da intervenção da subjetividade na objetividade. É nessa relação que se consubstancia a força do sujeito. Mas, como se vê em Marx (op. cit.), o limite da subjetividade é dado pela objetividade, que não permite qualquer tipo de intervenção, mas apenas aquelas que condizem com a sua legalidade. Nesse sentido é que uma subjetividade precisa do conhecimento mais apurado possível, da lógica do objeto a sofrer sua interferência, para que as práticas possuam possibilidade de eficácia.

Sintetizando esse ponto: determinismo e liberdade fazem parte da mesma totalidade e estão presentes em toda a práxis social, tanto na do trabalho, que está diretamente ligada à natureza, como na discursiva. Nas sociedades complexas, essa relação se torna mais opaca na medida em que as práticas utilizam uma cadeia de mediações que as afastam das práticas mais imediatas do trabalho, mas que, necessariamente, não podem ser desvinculadas da determinação primeira, que ocorre pelo tipo de relação de produção de cada sociabilidade.

Outro ponto fundamental refere-se à ausência de controle da práxis social após sua realização. Embora ao elaborar um discurso, por exemplo, o sujeito tenha, como foi salientado, uma intencionalidade que se refere diretamente ao objetivo de sua ação, não tem controle da eficácia nem das possibilidades dos caminhos possíveis de serem efetivados a partir da socialização do discurso.

Nessa relação entre objetividade e subjetividade, o sujeito dá voz ao mundo, nomeia e dá sentido aos seus atos e às coisas que deles resultam. Daí poder entender-se porque o sentido não está nas coisas mesmas, ele é socialmente construído para responder à necessidade de intercâmbio, de organização e de reprodução da vida em sociedade, num processo de conservação do que foi até então construído e de ruptura com o que não convém, abrindo-se a possibilidade de des-

cobertas e construção de novas alternativas no processo de continuidade da vida. Segundo Magalhães (1999: 27),

é preciso não esquecer que mesmo com a complexidade social e o crescente peso das decisões subjetivas nas alternativas postas e escolhidas, a subjetividade deve ser sempre entendida como um fenômeno social. Para que isso ocorra é necessário que as mudanças estejam na consciência que as conservará e as desenvolverá. Tanto a fixação como o caminho que permitirá novas formas de enfrentamento de novos problemas estão postos simultânea e contraditoriamente. O papel que a função conservadora tomará está inscrito na própria causalidade social e não na consciência, que apenas responderá, transformando ou limitando, dependendo das possibilidades da objetividade.

O sentido, então, é privilégio do ser social; a natureza não se atribui sentido porque apenas o sujeito pode dar voz à mudez do objeto, só ele tem consciência e pode dar sentido àquilo que para a natureza é apenas sinal. Da mesma forma a categoria da liberdade, fundamental para o ato da produção do discurso, é essencialmente social, não se insere na lógica da natureza, pois está intimamente relacionada com a escolha consciente de alternativas postas. O sujeito escolhe, mas não escolhe o que quer independente do determinismo das relações sociais ou mesmo da lógica da natureza.

Segundo Magalhães (1999: 38), “a voz do mundo é a voz do sujeito, que é o único ser capaz de falar do mundo e de si; sendo o mundo o limite, é levado a falar apenas o que deste consegue apreender, uma vez que só pode falar de si enquanto ser no mundo, isto é, histórico”. Assim é que não há uma individualidade, nem produção individual, que não seja essencialmente social e histórica. Segundo Marx (1964:125),

Ainda quando realizo trabalho científico, artístico, etc., uma atividade que raramente posso conduzir em associação direta com outros homens, efetuo um ato social, por ser humano. Não

é só o material de minha atividade – como a própria língua, que o pensador utiliza – que me é dado como um produto social. *Minha própria existência* é uma atividade social. Por essa razão, o que eu próprio produzo o faço para a sociedade, e com a consciência de agir como um ser social. (grifo nosso)

Como constitutiva do ser social, a subjetividade pode elevar-se ou reduzir-se em relação ao grau de consciência sobre o estar no mundo, o lugar, a posição, as possibilidades e os limites do sujeito no processo de geração da sua genericidade (condição de gênero humano) e, em consequência, ter maior ou menor possibilidade de compreender a si e ao mundo. Entretanto, a explicação para sua atividade no mundo não será dada por nenhuma condição que não possua explicação na própria sociabilidade, mesmo que a subjetividade contemporânea insista em fazer determinada leitura do mundo, deslocada da condição objetiva de sociabilidade; essa leitura estará fadada a representar uma dada possibilidade de estar no mundo, aquela que procura soluções transcendentais, ignorando os nexos determinantes da sociabilidade e suas diferentes formas de manifestações, que aparecem muitas vezes como inovações, ofuscantes e simuladoras de evidências incontestáveis.

Entende-se, pois, a afirmação da concepção marxiana de que a vida individual e a genérica não constituem entidades autônomas que se relacionam, mas, ao contrário, são parte de um todo impossível de ser dissociado. Na verdade, não há individualidade sem gênero humano, como não há genericidade sem indivíduos capazes de se reconhecerem como tais e, por isto, conscientes de seu estar-no-mundo. Nas palavras de Marx (1964:125), “A vida individual e a vida-espécie não são coisas diferentes, conquanto o modo de existência da vida individual seja um modo mais específico ou mais geral da vida-espécie, ou da vida-espécie seja modo mais específico ou mais geral da vida individual”. Depreende-se daí não haver uma oposição ontológica entre indivíduo e sociedade, mas sim entre sujeito, ser social genérico e a natureza. Na verdade, a oposição entre natureza e cultura se dá pela

intervenção da subjetividade que tem consciência de si e da natureza. Há um nexo entre subjetividade, sociedade e produção das idéias.

2. Formação social, ideologia e sujeito

Retomemos a discussão reafirmando que “a mudez do objeto assegura a sua independência face a qualquer juízo que o sujeito possa fazer dele, mas o sujeito e só ele, pode dar voz ao objeto e representá-lo, abstrai-lo, apreender a sua dizibilidade” (Amaral, 1999:38). Agora o objeto é abstração dizível; deste ponto, a subjetividade poderá fazer o caminho de volta: transformar o que foi apreendido pela consciência em materialidade discursiva, a particularidade que une na diferença o real (objetividade) e o pensamento (subjetividade). Esse é o movimento que ocorre no processo de apreensão pela consciência da realidade, nas diversas formas de conhecimento.

Nesse sentido, a maneira de apreender e o grau de possibilidade de apreensão da lógica do real dependerá do momento histórico vivido pela subjetividade, do tipo de conhecimento elaborado (senso comum, científico, estético etc.) e da posição social, isto é, do lugar social do sujeito do conhecimento. Mas é importante frisar que, nesse processo de subjetivação da objetividade, “o objeto real conserva sua independência fora do espírito; e isso durante o tempo em que o espírito tiver uma atividade meramente especulativa, meramente teórica” (Marx, *ibidem*). Seguindo o caminho marxiano, Pêchuex (1988: 255) afirma que “o real existe, necessariamente, independentemente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é, não existe fora do real”.

Pensamento e real se encontram, formando uma unidade complexa do processo de reprodução do ser social. Um dos aspectos dessa unidade complexa é o discurso. O discurso se instaura sob determinadas modalidades histórico-materiais, adquire forma e se expressa em textos (orais ou escritos). Assim é que se pode dizer que o discurso

resulta do amplo e complexo processo de constituição da subjetividade. As expressões da subjetividade, mesmo quando realizadas por um indivíduo singular, estão atreladas aos condicionamentos sociais e dizem respeito a uma posição de sujeito que se constituiu historicamente, interpelado pela ideologia que orienta as relações e a organização de uma determinada formação social.

As condições de produção de um discurso, pois, estão relacionadas ao processo sócio-histórico, que “supõe indivíduos em relação com a cultura, à sociedade, a economia, tudo isso constituindo a substância da história” (Amaral, 1999:25). O discurso, então, está sempre relacionado à sua exterioridade constitutiva, à representação da situação empírica na linguagem da vida real – o imaginário histórico social. Assim, pode-se entender que diferentes idéias e proposições convivam e se confrontem em um determinado momento histórico da sociedade. Essas idéias e proposições constituem a instância ideológica do processo de reprodução dos homens em sociedade, representada em discursos. Desse modo, ideologia não pode ser entendida como um conjunto de idéias que estaria acima do mundo, dos fatos econômicos em especial, mas como uma instância determinada no processo histórico-social de uma dada formação social. A ideologia é resultado dos atos teleológicos secundários, determinados pelos atos teleológicos primários que têm como função social o estabelecimento das normas orientadoras da convivência entre os homens. Pode-se, então, definir ideologia como um processo de produção das formas de representação, das idéias e valores que constituem o fundamento operacional de uma prática específica, mobilizando e conferindo um caráter ético e político a essa prática (cf. Jameson, 1997).

Na sociedade capitalista, o funcionamento da ideologia se dá a partir das relações sociais de produção, abrangendo desde as determinações de classe até os horizontes culturais. A ideologia assume o *status* de instrumento ideal pelo qual há o engajamento dos indivíduos nos conflitos sociais. As formas específicas de ideologia (como o

direito, a religião, a política) são transformadas em lugar privilegiado de ação dos conflitos ideológicos.

Conforme definem Pêcheux & Fuchs (ibidem), as formações ideológicas estabelecem um complexo de valores, atitudes e representações, historicamente definidas em relação às classes em confronto. As formações ideológicas, pois, são expressões da conjuntura ideológica de uma formação social; elas se põem historicamente de formas diferentes, acompanhando o processo de complexificação da sociedade e, com ele, também se modificando.

As formações ideológicas dominantes em uma sociedade correspondem ao modo de produção dominante. Nas palavras de Marx (1986: 72), “a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”, seus valores, atitudes e representações. Assim é que se pode compreender porque na sociedade capitalista, constituída fundamentalmente pela relação de dominação da classe burguesa, as formações ideológicas dominantes são retratadas sob a figura do capital e dos valores dessa ordem. As relações estabelecidas sob essa ordem (capitalista) se efetivam no embate das duas formações ideológicas fundamentais – a do capital e a do trabalho – em função de interesses divergentes.

Para cumprir sua função social, as formações ideológicas adquirem concretude nos espaços discursivos, são representadas e se manifestam por meio das formações discursivas nas quais as idéias são veiculadas para que determinados interesses (de manutenção ou de transformação da realidade) sejam alcançados. As formações discursivas são, por isto, sítio de significações, espaço de regulação e de confronto de muitos dizeres, que tanto podem apontar para uma mesma formação ideológica como para o confronto entre duas formações (cf. Pêcheux, 1988).

Um movimento contínuo de significação, próprio das formações discursivas, torna possível tanto aproximar os sentidos, como os afastar e, conseqüentemente, pôr-se o diferente. Por isso, os sentidos se diferenciam; um sentido não se confunde com outros já sedimentados

na memória discursiva (no interdiscurso). Esse movimento de aproximação e distanciamento entre sentidos é resultado de um processo interdiscursivo – a combinação (levando-se em conta a natureza contraditória dos processos combinatórios) de mais de um discurso, dentro de uma mesma formação discursiva. O interdiscurso é o já existente, o dizível, que é exterior ao sujeito do discurso (memória discursiva, saber discursivo).

Além de cumprir essa função no estabelecimento dos sentidos, as formações discursivas constituem a possibilidade de consubstanciação das formas-sujeito, que servirão de parâmetros aos sujeitos do discurso de uma determinada formação social. É o caso da forma-sujeito da sociedade capitalista, um sujeito de direito, orientado pelo princípio direito à propriedade privada. É nesse espaço de significação que ao sujeito é permitido assumir um lugar discursivo, posicionar-se no embate ideológico da sociedade. Quando o sujeito expressa suas idéias, elas estão entranhadas pela formação ideológica que perpassa a posição desse sujeito na sociedade. As palavras e expressões de um discurso são, pois, marcadas pela posição que o sujeito assume frente à diversidade política e ideológica.

Os elementos de saber das formações discursivas, que veiculam formações ideológicas dominantes na sociedade capitalista, consideram que os indivíduos terão liberdade se for estabelecida a sua garantia por meio da lei, do individualismo, da propriedade privada e da livre iniciativa. Esses são direitos inalienáveis e intocáveis de todos, o que dá à liberdade um sentido jurídico-político, visto que os direitos de todos são constitucionalizados, organizados institucionalmente, assegurados legalmente. Nas palavras de Hegel (apud Leclercq, 1977: 46-7).

Segue-se daí que a liberdade só se tornará efetivamente liberdade substancial se a vontade criar uma instância capaz de superar o particularismo que marca suas ações na esfera do reino do sistema de carências. [...] pois as obrigações que cada um tem

com o Estado, só as tem porque nele (Estado) os indivíduos encontram também a satisfação dos interesses particulares.

A noção de liberdade para a sociedade capitalista está associada ao direito de “ir-e-vir”, de fazer “tudo” que lhe convier desde que não prejudique o direito do outro, sendo este (o outro) o limite da liberdade. Esse tipo de liberdade, ao invés de unir os homens, os separa, já que ao indivíduo é dada a liberdade de ser limitado a si mesmo, de ser “diferente”, de ser individualmente reconhecido e identificado na sociedade. Trata-se da “liberdade individual”, à qual se refere a Declaração dos Direitos do Homem de 1791: “A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique a ninguém” (Marx, 1988: 42-3). Essa noção de liberdade está associada à de direito à propriedade privada, o direito que é dado ao indivíduo para “desfrutar do seu patrimônio e dele dispor arbitrariamente [...], sem atender aos demais homens, independentemente da sociedade, é o direito do interesse pessoal” (Marx, *ibidem*).

Para que essa liberdade de direito à propriedade possa ser assegurada, associa-se à noção de igualdade, instituída pelo princípio de que todos são iguais perante a lei, segundo reza a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 em seu artigo 3º: “Todos os cidadãos têm idêntica dignidade social e são iguais perante a lei”. Esse princípio pode ser interpretado na forma como circula nos tribunais: “A lei é igual para todos”, o que também atribui à noção de igualdade uma conotação jurídico-política. Os indivíduos são igualitários para gozarem dos mesmos direitos fundamentais (aqueles e somente aqueles) garantidos na constituição (cf. Bobbio, 1990).

Sintetizando, podemos afirmar que a relação entre a produção social da existência e as formas ideológicas que lhes correspondem criam, ao mesmo tempo, campos especiais de significação, marcados por maneiras especiais de dizer (as formações discursivas) e uma cadeia discursiva que relaciona todos, possibilitando hierarquias e conflitos entre os diferentes dizeres sobre a realidade. Com o surgimento da lógica capitalista de produção, novas formas de dizer o mundo e

dizer do mundo são postas pela subjetividade. Sobre essas formas falaremos no item seguinte.

3. A forma – sujeito da “modernidade globalizante”

Com as transformações que ocorrem no mundo a partir do século XVI, a linguagem escrita adquire importância crucial como forma de validar o novo “estilo” de vida e pensamento fundamentado na nova organização social, que não mais se baseia em privilégios, decorrentes da inserção em segmentos considerados acima dos demais. Agora é preciso fazer valer a individualidade, a busca por uma sociabilidade, em que os feitos pessoais justifiquem a ascensão de cada personalidade. No âmbito da modernidade, a linguagem desempenha um papel especial: “confere nome, quantifica, enfatiza, compreende, interpreta, reproduz e traduz o significado das realidades” (IANNI, 1999:49).

A assinatura em um contrato sela um pacto entre iguais, que de comum acordo se posicionam a favor de determinado empreendimento.⁵ A racionalidade burguesa ocupa agora o lugar dos privilégios premiando os que, por intermédio do trabalho, conseguem se destacar. As diferenças sociais originam-se de desempenhos pessoais diferentes.

O poder da linguagem escrita cresceu durante os últimos quatro séculos. O que importa é o que diz a lei, o que está escrito, e não as diferenças que ocorram no cotidiano. A expressão máxima dessa nova forma de fazer o mundo é a que, com escritas diferentes, mas com o mesmo conteúdo, figura nas constituições dos países democrático-burgueses: todos são iguais perante a lei. Ao afirmarem a igualdade

⁵ Segundo Locke, a propriedade igualava a todos, pois todos éramos proprietários da própria pessoa. Poderia haver diferença de quantidade de propriedade, dependendo do desempenho de cada um no trabalho, mas não havia diferença de essência entre os homens, considerados iguais por natureza. “O homem tem em si a justificação da propriedade, porque ele é o seu próprio dono e o proprietário de sua pessoa, daquilo que faz e do trabalho que realiza” (LOCKE, 1994).

geral essas constituições não estão acabando com a desigualdade real ocorrido no cotidiano, mas apenas afirmando que a lei deverá tratar a todos de forma igualitária.⁶

Essa nova maneira de estar no mundo e de reproduzi-lo pode ser sintetizada da seguinte forma: há uma crença de que a razão, a racionalidade humana, cuja expressão se dá essencialmente pelo trabalho, que pressupõe vida coletiva e linguagem, transformará o mundo trazendo a possibilidade de melhoria de vida para toda a população. O progresso, consubstanciado na crescente produção e no progressivo uso da tecnologia, tornará possível a busca de igualização social. A emancipação humana é uma possibilidade concreta, só dependendo do desempenho da subjetividade.

As lutas operárias, em meados do século XIX, explicitam a dificuldade de conseguir a igualdade social apenas com o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. No final do século XIX, Baudelaire, o poeta que exaltou a modernidade, expressa as contradições deste momento histórico:

Amo-te sempre minha cidade infame!
As prostitutas
E os perseguidos
Têm prazeres próprios para dar
Que o rebanho vulgar
Não pode perceber

Mostrando o caráter trágico das contradições da lógica do capital que produz: ao mesmo tempo miséria e pobreza, Cabral (2000: 23) sintetiza o pensamento do poeta:

Baudelaire, um observador atento da vida moderna, que teve a oportunidade de presenciar as profundas transformações ocor-

⁶ Para o aprofundamento da questão da cisão entre o cidadão e o indivíduo ver Marx, 1991.

ridas na Paris do final do século XIX, com o surgimento dos bulevares, pondo abaixo centenas de edifícios, deslocando milhares e milhares de pessoas, extinguindo bairros inteiros que ali haviam existido por séculos e pondo a nu, qual dentadura, os conflitos e contradições que se escancaram para dar lugar ao progresso.

No alvorecer do século XX não há mais ilusão sobre os limites da sociabilidade do capital, buscam-se novas formas de conviver, a luta entre as classes se aprofunda e propõe a transformação radical do capitalismo. Na peça de Brecht, *Galileu, Galilei*, há um diálogo que expressa exemplarmente a necessidade da intervenção da subjetividade para que haja uma transformação dessa lógica que afirma bastar a existência da racionalidade para o mundo melhorar:

André: Não crê o senhor mestre que a razão se impõe mesmo sem nós?

Galileu: A razão só se impõe na medida em que a defendemos. O triunfo da razão só pode ser o triunfo dos racionais.⁷

O discurso socialista está presente em todas as posições de sujeito do dominado. No entanto, há diferentes propostas de como conquistar essa nova sociabilidade. A política passa a ocupar um lugar primordial nos discursos da esquerda. Tomar o poder pela revolução ou pela participação efetiva em todas as instâncias do processo político; nesse sentido a participação política é incentivada promovendo o crescimento dos partidos sociais democratas; paralelamente a revolução é vitoriosa na URSS.

O mundo estava dividido entre formas ideológicas expressas por dois discursos contundentes: o discurso liberal que continuava mantendo a hegemonia e o discurso socialista que exercia enorme influência, principalmente entre os grupos dominados.

⁷ Cf. Brecht, 1991.

A partir de meados do século há uma reviravolta na hegemonia do discurso socializante por parte da esquerda; a noção de democracia é afastada da vinculação com a lógica do capital e passa a ser defendida como um valor universal que deve ser buscado por todos que desejam uma sociedade mais justa. A nova social-democracia se afasta da idéia de revolução e busca o aprimoramento democrático; na verdade, afirma-se que os desajustes sociais não são próprios da democracia, mas da democracia que não permite a convivência real com o diferente.

Esse deslocamento do objeto de interesse (mais bens materiais como sinônimo de força e dominação) no jogo do poder se explica pelo movimento do processo de organização dos países desenvolvidos; a manufatura nos tempos modernos se sustenta sobre novas bases: a mão-de-obra deixa de ser o alicerce das forças produtivas para ceder lugar ao conhecimento; isto devido ao desenvolvimento tecnológico que possibilitou a compressão do tempo e do espaço, fazendo com que as informações sejam processadas de uma só vez para o mundo inteiro.

O conhecimento é feito de informação, como uma casa é feita de tijolos. "O erro é quando os testes medem quantos tijolos o estudante carregou e não o desenho que ele é capaz de fazer". (Gilberto Dimenstein, jornalista, *Folha de S. Paulo*, 1º de maio de 1998).

Neste enunciado pode-se observar que a metáfora do tijolo desloca o sentido de força física, que se encontra numa rede de formulações, próprio do discurso da construção civil: toda construção emprega a força física, o sujeito depreende energia, esforço para construir uma casa – quantos tijolos o estudante carregou – fazendo-se uma analogia do estudante com o trabalhador, e aponta para a capacidade da criatividade do sujeito – o desenho que ele é capaz de fazer – enaltecendo-se a força intelectual, o saber para o poder.

Entretanto, não é a quantidade de informações que faz o indivíduo ser mais ou menos capaz de desempenhar suas atividades e ocu-

par um lugar na sociedade. Embora as informações cheguem mais rapidamente e em maior quantidade em todas as partes do mundo, é evidente que a capacidade que o sujeito tem de processar tais informações e transformá-las em prática efetiva, colocá-las a serviço do processo de acumulação requisitado pela ordem capitalista, tem muito mais importância; pelo menos é o que se pode identificar no discurso abaixo, que veicula as idéias da sociedade contemporânea sobre as relações de trabalho:

As empresas estão valorizando o funcionário criativo, flexível, capaz de se adaptar rapidamente às mudanças. (Antoninho Marmo Trevisan, consultor de empresas, *Folha de S. Paulo*, 1º de maio de 1998.)

A um imaginário de que o saber é a arma do poder é associada, também, a idéia de valor: tem mais valor quem sabe mais. Esse efeito é produzido no enunciado acima; tem valor o funcionário que for criativo, flexível, capaz de se adaptar às mudanças.

Ora, nesse mundo aparentemente uniformizado pela força do conhecimento, não caberia ao sujeito, segundo esta tendência, ocupar um lugar na sociedade que seja regulado pela posse de bens materiais; o conhecimento é o definidor das possibilidades e dos limites do sujeito no mundo. Novos valores, princípios e procedimentos acompanham a grande mudança do foco do poder nas relações sociais; agora, o sujeito precisa fazer valer a individualidade, a sociabilidade parece ser alcançada quando os feitos pessoais, a performance marcada pela estética da beleza física do corpo humano justificam a ascensão de cada personalidade. O que é um grande paradoxo: ressalta-se a importância do conhecimento, do âmbito do saber, mas a subjetividade é empurrada a se sustentar sob a dimensão da aparência física do corpo, não deixando, por isto, a matéria de se manter na dominância do espírito, fato que sempre impulsionou a ordem social vigente e é motivo da limitação da humanidade causada pelo desequilíbrio entre o ser e o ter.

Nessa mudança do foco da dominação, a racionalidade burguesa passa a ocupar o lugar dos privilégios. Ora, o eixo da racionalidade burguesa continua sendo a capacidade que o indivíduo tem de elaborar novas formas para continuar acumulando riqueza, então, se assim é, o processo de exploração do homem pelo homem ganhou novas artimanhas: o homem agora passa a ser explorado pelo seu semelhante não só fisicamente, mas também e mais “sabiamente”, o seu pensamento, o seu saber, a sua consciência, conforme podemos observar no seguinte enunciado:

Na indústria, prenuncia-se a redução das profissões que envolvem atividades repetitivas, que usam a força muscular, e um crescimento dos que utilizam a força cerebral – engenheiros, administradores, financistas e técnicos. (José Pastore, professor, *Folha de S. Paulo*, 1º de maio de 1998).

O progresso, consubstanciado na crescente produção e no progressivo uso da tecnologia, tornará possível a igualização social; a liberdade é uma possibilidade que depende exclusivamente do querer, da vontade do sujeito. A forma-sujeito, que a formação discursiva da modernidade, do mundo globalizado, representa, preserva as características inerentes ao sujeito de direito da sociedade burguesa, mas se supera enquanto tal; são-lhes consagrados novos requisitos sem que os velhos sejam eliminados. Ao incorporar novos predicados, o sujeito aparece como se fosse um novo ser, um homem moderno que acompanha as mudanças, que se adapta a elas, livre, por iniciativa própria, aparentemente sem nenhuma imposição de contingências alheias a sua vontade.

Nesse processo de formação do novo sujeito, o discurso da modernidade globalizante encontra lugares específicos para se efetivar. As empresas e as escolas se encarregam de traduzir o discurso que corrobora a formação do sujeito bem sucedido, fazendo a diferença entre vencedores e perdedores na luta pela conquista dos direitos de liberdade e de igualdade que sustentam os ideais da

sociedade burguesa. Na fala do empresário pode-se identificar o sentido da parceria entre essas duas instituições, para contribuir com a formação do novo sujeito que responda às exigências da sociedade atual: “acreditamos na tese de que a escola e a empresa precisam aprimorar o seu papel na sociedade. Dessa parceria surgirão gerações de profissionais capazes de enfrentar os desafios do novo milênio”. (Luiz Gonzaga Bertelli, diretor da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp –, *Folha de S. Paulo*, 22 de abril de 1998).

Essa parceria entre escola e empresa estará voltada para a formação do sujeito empreendedor, a nova designação dada ao indivíduo que vive do trabalho, seja como empregado, seja como microempresário, mas, sobretudo, como profissional. Segundo Bertelli, esse profissional “deve ser polivalente, multinacional, alerta e curioso [...] seu perfil deve envolver uma série de características: ser empreendedor, perspicaz, criativo, crítico, dinâmico e ter capacidade de análise”.

Chega-se, então, à síntese da forma-sujeito da modernidade globalizante que se expressa no discurso que domina a mídia e, inclusive, a fala de grande parte da intelectualidade mundial, que preconiza o fim das ideologias, o fim do marxismo, o fim do socialismo, o fim das utopias, o fim da história. Ao enaltecer as diferenças individuais, o discurso globalizante silencia sobre a permanência da exploração do trabalho e sobre a possibilidade de transformação da sociabilidade atual. Ao elevar o indivíduo ao individualismo mais exarcebado, o discurso pós-moderno cria uma aparência de liberdade e democracia que na verdade apaga a possibilidade da formação de discursos que tenham a emancipação humana como objetivo. A lógica do capital que se aperfeiçoa com a intensificação da exploração da mais-valia relativa possibilitada pela revolução tecnológica, expressa pela expansão da robótica e da informática, tenta impor como discurso dominante a busca incessante de satisfações individuais, mesmo que para isto seja preciso “atropelar” a maioria da população mundial, como demonstra a cinematografia mais atual.

Conclusão

Este artigo tem a intenção de continuar o debate que vem ocorrendo entre os teóricos da teoria do discurso. Propomos uma reavaliação da articulação desta teoria com o materialismo histórico, principalmente em sua aproximação com a leitura estruturalista althusseriana do pensamento de Marx.

Voltamos ao próprio Marx e à leitura que Lukács faz das teses marxianas, sobretudo no que diz respeito à relação entre objetividade, subjetividade e linguagem. Nossa preocupação é discutir os limites e, as possibilidades da subjetividade.

ABSTRACT: *The discussion about the subjectivity of the modern society made us, as discourse analysts, to return to the theoretic embasement and the filiation of this knowledge with the historic materialism. The objective of this work is to contribute with this discussion, recuperating a marxism lecture of the relationship between the subjectivity and the objectivity, and demonstrating the position that the subject of the modernity/post-modernity is conduced to assume the life reproduction of processuality.*

KEYWORDS: *Language; subject; discours; ideology.*

Bibliografia

- AMARAL, M. V. B. (1999) *A (des)razão do mercado: efeitos de mudança no discurso da qualidade total*. Tese de Doutorado. Maceió: UFAL.
- BAKHTIN, M. (1992) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BRECHT, B. (1991) *Teatro completo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOBBIO, N. (1990) *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense.
- CABRAL, O. (2000) *O trágico e o épico pelas veredas da modernidade*. Maceió: Edufal.

- CAMPOS, V. F. (1992) *Controle de qualidade total* (no estilo japonês). Belo Horizonte: Fund. Cristiano Ottone/UFMG.
- CHAUÍ, M. (1997) *Cultura e democracia*. 7. ed. São Paulo: Cortez.
- GIDDENS, A. (1991) *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- HOBBSAWM, E. (2000) *O novo século*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HENRY, P. (1990) "Construções relativas e articulações discursivas". In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: Unicamp, 19, jul./dez.
- IANNE, O. (1999) "Estilos de Pensamento". In: *Revista Cultura/Vozes*. n. 2 v. 93. Petrópolis: Vozes.
- JAMESON, F. (1996) *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.
- _____. (1997) *O marxismo tardio: Adorno, ou a persistência da dialética*. São Paulo: UNESP/Boitempo.
- KURZ, R. (1997) *Os últimos combatentes*. Rio de Janeiro: Vozes.
- LECLERCQ, Y. (1977) *Teorias do estado*. Lisboa: Ed. 70.
- LOCKE, J. (1994) *O segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos*. Petrópolis: Vozes.
- LUKÁCS, G. (1981) *Ontologia do ser social, o ideal e a ideologia*. Trad. Ester Vaisman. João Pessoa: UFPB.
- _____. (1998) *Ontologia do ser social, o trabalho*. Trad. Ivo Tonet. Maceió: UFAL.
- MAGALHÃES, B. (1999) *Os desejos de sinha Vitória e a construção autoral de Graciliano Ramos em Vidas secas*. Tese de Doutorado. Maceió: UFAL.
- MAINGUENEAU, D. (1993) *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes.
- MARX, K e ENGELS, F. (1965 e 1986) *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec.
- MARX, Karl. (1983) *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1991) *A questão judaica*. 2. ed. São Paulo: Moraes.
- _____. (1988) *O capital*. Livro 1 v. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- OLIVEIRA, M. (1995) *Ética e economia*. São Paulo: Ática.
- PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. (1993) "A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas". In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp.

- PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e discurso, uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1988.
- TEIXEIRA, F. J. S. (1996) "O neoliberalismo em debate". In: TEIXEIRA, F.; OLIVEIRA, M. A. de. (Org.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez/UECE, p. 195 -252.
- "Trabalho" (Suplemento Especial). In: *Folha de S. Paulo* (1998). 1. de mai.
- ZOPPI-FONTANA, M. (1997) *Cidadãos modernos, discurso e representação política*. Campinas: Unicamp.